

1) **A quem o Escritório de Intérpretes Oficiais (OCI) serve?**

O OCI serve o tribunal e o público. Os intérpretes trabalharão em qualquer processo que o juiz designar.

2) **Quais os tipos de processo nos quais o OCI trabalha?**

O OCI trabalha com assuntos criminais e civis.

3) **Os intérpretes são imparciais?**

Sim. Os intérpretes deste escritório *são* funcionários imparciais do tribunal.

4) **Eles precisam preservar o privilégio da relação entre o advogado e o cliente?**

Sim. Eles estão obrigados ao cumprimento do código de ética dos intérpretes do tribunal (ver dentro).

5) **Quantos idiomas eles podem interpretar?**

A interpretação está disponível para o espanhol atualmente.

Com relação aos serviços de interpretação em outros idiomas que não o espanhol, por favor, entre em contato com o OCI com pelo menos quarenta e oito horas antes da sua audiência no tribunal.

6) **Onde eles trabalham?**

Os intérpretes trabalham em todos os tribunais estaduais.

Eles mantêm uma presença diária nos Complexos Judiciais Garrahy e Licht. Eles também trabalham nos Complexos Judiciais Noel, McGrath e Murray mediante solicitação.

7) **Eles virão ao meu escritório?**

Não, o OCI trabalha exclusivamente nos tribunais.

8) **O intérprete vai explicar os procedimentos para os meus clientes?**

Os intérpretes não explicam, parafraseiam e nem dão assessoria jurídica. Um intérprete profissional do OCI interpreta o que é dito e não acrescenta e nem omite nada.

9) **Como que eu posso entrar em contato com um intérprete judicial para ajudar o meu cliente a se comunicar?**

Se o idioma for o espanhol, fale com o escrevente ou com o xerife quando o seu processo chegar ao tribunal. O intérprete chamará um intérprete. Caso contrário, veja o item número 5 acima.

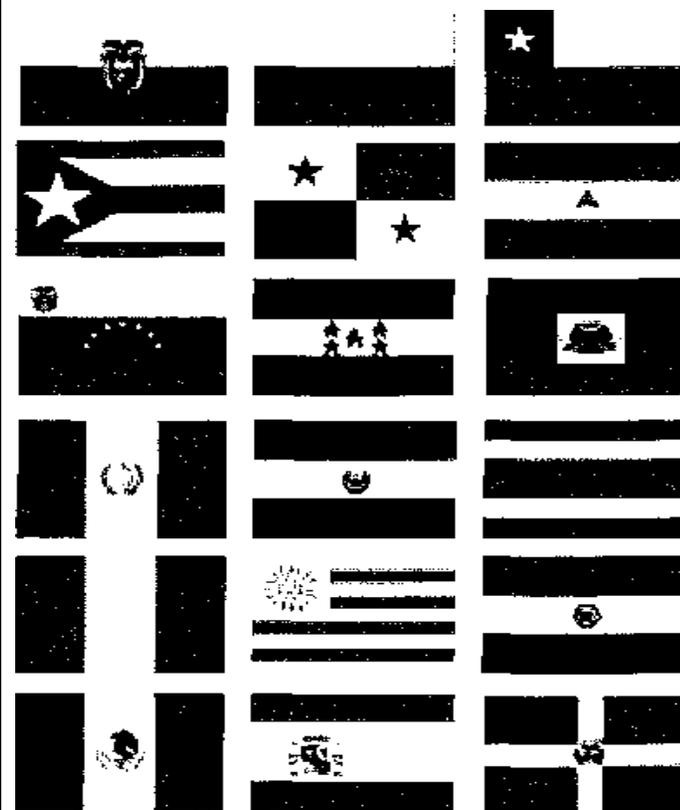


Supremo Tribunal de Rhode Island
Escritório de Intérpretes Judiciais
250 Benefit Street
Providence, RI 02903
(401) 222-8710

Coordinadora: Susana E. Torres



Escritório de Intérpretes Judiciais



DECLARAÇÃO DE MISSÃO

O Escritório de Intérpretes Judiciais serve o tribunal e o público interpretando os procedimentos legais de maneira exata e imparcial. Nós somos orientados pelo princípio de que todas as pessoas, inclusive aquelas com proficiência limitada no inglês, devem ter acesso igual à justiça.



Dicas sobre como se comunicar por meio de um intérprete

- 1) **DIRIJA-SE** ao cliente ou testemunha diretamente.
NÃO INICIE uma pergunta com "Diga a ele que..." ou "Pergunte a ele se...".
- 2) **FORNEÇA** aos intérpretes as informações que lhes dê o contexto do processo.
NÃO PEÇA aos intérpretes para "explicar" para o seu cliente.
- 3) **EVITE** sempre que possível as perguntas negativas complicadas. Por exemplo: Você não discorda...?
NÃO SE BASEIE em gírias, jargões ou expressões idiomáticas.
- 4) **ESTEJA CIENTE** de que um idioma diferente está acompanhado de uma cultura diferente. As ideias do cliente sobre o comportamento esperado e sobre o que é importante podem ser diferentes das suas.
NÃO PENSE que a resposta indireta do cliente é necessariamente evasiva. As culturas diferentes têm diversas maneiras de "contar um história".
- 5) **MANTENHA** em mente que a comunicação não verbal varia de cultura para cultura e podem ocorrer equívocos por causa da linguagem corporal.
NÃO PRESUMA que balançar a cabeça sempre significa "sim" ou que a falta de contato no olhar significa despistamento ou mentiras.
- 6) **UTILIZE** intérpretes que sigam o código de conduta profissional.
NÃO USE familiares bilíngues, corrêus, presos ou policiais.

CÓDIGO DE ÉTICA E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL PARA INTÉRPRETES JUDICIAIS NO JUDICIÁRIO DE RHODE ISLAND

Cânon 1. A fala exata no idioma de origem deve ser traduzida fielmente para o idioma alvo conservando todos os elementos da mensagem original do mesmo tempo em que acomodando os padrões sintáticos e semânticos do idioma alvo. A tradução deve soar natural no idioma alvo, e não deve haver distorção da mensagem original através da adição ou omissão, explicação ou paráfrase. Todas as salvaguardas, falsas partidas e repetições devem ser transmitidas; também, as palavras em inglês misturadas no outro idioma devem ser mantidas, assim como termos culturalmente limitados que não possuem tradução para o inglês, ou que possam ter mais de um significado. O registro, o estilo e o tom do idioma de origem devem ser preservados. Devem ser evitadas as adivinhações. Os intérpretes judiciais que não escutarem ou entenderem o que uma pessoa falou devem pedir esclarecimentos. Os erros do intérprete devem ser corrigidos para os registros assim que for possível.

Cânon 2. Imparcialidade e Conflitos de Interesses Os intérpretes e tradutores judiciais devem permanecer imparciais e neutros nos procedimentos em que oficiam e devem manter a aparência de imparcialidade e de neutralidade, evitando contatos desnecessários com as partes. Os intérpretes judiciais devem se abster de fazer comentários sobre os processos nos quais servem. Quaisquer conflitos de interesse reais ou potenciais devem ser revelados imediatamente para o tribunal e todas as partes tão logo o intérprete ou tradutor tomar conhecimento de tal conflito de interesse.

Cânon 3. Confidencialidade As informações privilegiadas ou confidenciais adquiridas no decorrer da interpretação ou do preparo de uma tradução devem ficar protegidas e mantidas pelo intérprete e tradutor. O conhecimento de informações obtidas durante a execução dos seus deveres oficiais não deve ser usado para a obtenção de ganhos pessoais ou para o ganho pessoal de nenhuma outra pessoa.

Cânon 4. Limitações da Prática Os intérpretes e tradutores judiciais devem limitar as suas participações naquelas questões nas quais servem à interpretação e à tradução, e devem evitar dar conselhos, expressar as suas opiniões pessoais ou de outras formas se dedicarem a atividades que possam ser interpretadas como a prática do direito.

Cânon 5. Protocolo e Comportamento Os intérpretes judiciais devem se conduzir de uma forma condizente com os padrões e o protocolo do tribunal e devem executar os seus deveres da maneira mais discreta possível. Os intérpretes judiciais devem espelhar o decoro judicial apropriado e se comportar com dignidade e respeito em relação aos funcionários e pessoal do tribunal. Os intérpretes judiciais também devem evitar quaisquer condutas profissionais ou pessoais que possam desacreditar o tribunal. Os intérpretes judiciais devem usar a mesma pessoa gramatical que a pessoa que fala usou. Quando for necessário assumir um papel principal na comunicação, eles devem deixar claro que estão falando por si mesmos.

Cânon 6. Manutenção e Aperfeiçoamento das Habilidades e do Conhecimento Os intérpretes e tradutores judiciais devem se esforçar para manter e aperfeiçoar as suas habilidades e conhecimentos de interpretação e de tradução.

Cânon 7. Declaração Exata das Credenciais Os intérpretes e tradutores judiciais devem declarar exatamente as suas certificações, credenciamentos, treinamentos e experiências pertinentes.

Cânon 8. Impedimentos à Conformidade Os intérpretes e tradutores judiciais devem trazer à atenção do tribunal quaisquer circunstâncias ou condições que impeçam a total conformidade com qualquer Cânon deste Código, inclusive o cansaço, a incapacidade auditiva ou o conhecimento inadequado da terminologia especializada por parte do intérprete e deve recusar as designações sob condições que tornem impossível tal conformidade. Os intérpretes devem denunciar à autoridade judicial correta qualquer esforço para impedir a sua conformidade com qualquer lei, qualquer *determinação* deste código, ou de qualquer outra política oficial regendo a interpretação e a tradução judiciais.

Colaboração Comunitária

O Escritório de Intérpretes Judiciais ("OCI") se orgulha de fazer parte dos esforços ininterruptos do Judiciário para servir à comunidade de Rhode Island. Entre as nossas colaborações passadas e presentes com as escolas comunitárias estão os estágios e experiências de acompanhamento próximo com alunos das seguintes instituições:

- The Community College of Rhode Island;
- Providence College;
- William E. Tolman High School; e
- The Metropolitan Regional Career and Technical Center.

O OCI está sempre aberto à colaboração com as organizações e pessoas que possuam um interesse e estejam comprometidas com a profissão de interpretação legal.

O OCI participa do Comitê de Assessoramento Permanente do Supremo Tribunal sobre as Mulheres e as Minorias nos Tribunais e contribuiu com diversos eventos de educação jurídica da Ordem dos Advogados de Rhode Island.

O OCI também participa do processo contínuo de fornecer as melhores traduções dos formulários do tribunal e dos documentos jurídicos.

